

DANIELLA LÚCIA DOS SANTOS

**AS MÚLTIPLAS LINGUAGENS NA PRÁTICA PEDAGÓGICA:
EDUCAR, CUIDAR, BRINCAR**

GOIÂNIA

2021

DANIELLA LÚCIA DOS SANTOS

**AS MÚLTIPLAS LINGUAGENS NA PRÁTICA PEDAGÓGICA:
EDUCAR, CUIDAR, BRINCAR**

Trabalho de Conclusão de Curso, em forma de Monografia elaborada para fins de avaliação do Curso de Pedagogia, da Escola de Formação de Professores e Humanidades, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Clélia Brandão Alvarenga Craveiro

GOIÂNIA

2021

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha orientadora Prof^a Clélia Brandão Alvarenga Craveiro por sua paciência, dedicação e carinho ao longo de todo processo para a construção da monografia.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus, por me por sempre me dar forças para continuar até o final desta jornada.

Ao meu companheiro pelo seu apoio incondicional, mesmo passando por tantas dificuldades nunca desistiu de mim.

Aos meus pais que sempre me incentivaram com palavras de carinho e força.

A um grande anjo que surgiu na minha vida com suas orações e palavras doces nos momentos mais difíceis, que sempre acreditou em mim e nunca me deixou desistir. Só tenho a agradecer a você Karla.

A Prof.^a Dr.^a Clélia Brandão Alvarenga Craveiro, minha orientadora, que foi muito importante para o desenvolvimento dessa monografia.

Aos meus professores que fizeram parte da minha formação.

A uma amiga muito especial que sempre esteve ao meu lado sempre me dando forças para continuar. Muito Obrigada Alessandra!

AS MÚLTIPLAS LINGUAGENS NA PRÁTICA PEDAGÓGICA: EDUCAR, CUIDAR, BRINCAR

Daniella Lúcia dos Santos*

Clélia Brandão Alvarenga Craveiro**

RESUMO: O presente trabalho de conclusão de curso (TCC) aborda a temática das múltiplas linguagens no processo educativo fundamentando-se nos princípios estabelecidos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para Educação Básica quais sejam do educar, do cuidar, do brincar como pilares importantes para o desenvolvimento integral na educação infantil. As brincadeiras proporcionam grande contribuição ao processo educativo, sendo indispensáveis para o desenvolvimento intelectual e social. Esse trabalho consiste em pesquisa explorativa e descritiva e com ênfase qualitativa referenciada pelos autores Vygotsky, (1998; 2007), Kishimoto (2002; 2011). Estudo teórico e documental acerca do tema “A importância das Brincadeiras e Interação na Educação Infantil”; foram utilizadas as seguintes fontes de consultas artigos, relatos científicos, legislações, Diretrizes emanadas do Conselho Nacional de Educação obtido tanto na base física, quanto na virtual. Percorreu-se um caminho que parte do direito social de todos à educação de qualidade passando pelas diversas linguagens até chegar à instituição educacional evidenciando o papel dos docentes nesse processo. Dessa forma, a instituição educacional deve assegurar aos docentes que as atividades sejam planejadas e elaboradas de acordo com cada eixo curricular. Conferindo ao professor o papel de idealizador e organizador das atividades das múltiplas linguagens, em especial, para transformar o brincar em um momento de satisfação e alegria na aprendizagem, no desenvolvimento integral das crianças.

Palavras-chave: Educação Infantil; Brincadeira; Criança; Desenvolvimento.

* Graduanda do Curso de Pedagogia, da Escola de Formação de Professores e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, e-mail: luciadaniella071@gmail.com.

** Professora Titular da PUC Goiás. Doutoranda em Educação na Universidade Lusófona de Tecnologia e Humanidades de Lisboa. Diretora da Escola de Formação de Professores e Humanidades da PUC - Goiás 2014-2015. Diretora de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania - DPEDHUC – SECADI - MEC - 2012-2014. Presidente do CNE - 2008-2010. Reitora da PUC Goiás - 1994-2001.

LISTA DE ABREVIATURAS

CEB	- Câmara de Educação Básica
CNE	- Conselho Nacional de Educação
DCNEI	- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil
DCNGEB	- Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para Educação Básica
EC	- Emenda Constitucional
ECA	- Estatuto da Criança e do Adolescente
LDB	- Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PPP	- Projeto Político Pedagógico

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO I	
A LINGUAGEM DO BRINCAR, DA BRINCADEIRA TENDO COMO REFERÊNCIA OS PRINCÍPIOS DO EDUCAR, CUIDAR	10
1.1 O direito social à educação de qualidade.....	10
1.2 As Múltiplas linguagens na perspectiva do educar, cuidar e brincar	15
CAPÍTULO II	
ABORDAGENS SOBRE AS MÚLTIPLAS LINGUAGENS COMO PRINCÍPIO FUNDAMENTAL NO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA	20
2.1 Diversas abordagens sobre as múltiplas linguagens como princípio fundamental no desenvolvimento da criança.....	20
2.2 O Papel dos docentes em relação a brincadeira na Educação Infantil.....	25
CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS	33

INTRODUÇÃO

O brincar na Educação Infantil se constitui em instrumento de importância para a aprendizagem, para o desenvolvimento integral da criança. É considerado um conhecimento fundamental que deve ser constitutiva da proposta pedagógica dos cursos formação de professores que atuaram nos anos iniciais na educação infantil, nos anos iniciais do ensino fundamental. Da mesma forma é um conhecimento fundamental para aqueles que já atuam nessas etapas citadas da educação. Tendo como referência esse conhecimento que fui adquirindo ao longo da minha formação, escolhi fazer a minha investigação com o objetivo de compreender as múltiplas linguagens no processo educativo fundamentando-se nos princípios estabelecidos pelas Diretrizes da educação básica do educar, do cuidar, do brincar no desenvolvimento da criança.

Nessa perspectiva, e ao chegar no penúltimo semestre do curso de Pedagogia me vi muito motivada a aprofundar àqueles conhecimentos sobre as múltiplas linguagens destinadas à educação infantil. Essa motivação decorre também das observações que realizei em escolas, em trabalhos que as crianças desenvolvem na escola e que levam para casa. Em outras oportunidades pude observar que as mudanças propostas pela escola, pela comunidade educacional, em especial quanto ao brincar entendido como uma das múltiplas linguagens que muito contribui para o desenvolvimento das crianças na educação infantil se encontra em fase de propagação de que ação pedagógica. Assim, em outras palavras, a ação educativa parecia sempre muito limitada, mesmo quando no planejamento escolar as brincadeiras e a ludicidade foram inseridas como fatores de desenvolvimento psico, social, cognitivo.

Para compreender a importância das diferentes linguagens na educação básica a fundamentação teórica se fez utilizando textos científicos de diversos autores, priorizando Vygotsky (1998; 2007), Kishimoto (2002; 2008). Outros documentos foram básicos para a realização desta pesquisa, entre eles destaca-se a da Constituição Brasileira, as Diretrizes Nacionais Curriculares Nacionais para Educação Básica, as Diretrizes Nacionais para Educação Infantil. É uma pesquisa explorativa e descritiva e com ênfase qualitativa, desenvolvida mediante estudo teórico e documental acerca do tema “As múltiplas linguagens na prática pedagógica: educar, cuidar, brincar”, cujas fontes de consultas serão compostas de

artigos e relatos científicos, obtido tanto na base física, quanto na virtual. As técnicas constarão de leituras críticas e organização de ficha de leitura e, provavelmente, a elaboração de uma matriz de leitura para eleger alguns parâmetros de análise.

As brincadeiras vêm ganhando espaço e importância em todas as abordagens referentes à infância, bem como alvo de investigações científicas em diversas áreas, entre elas a educação, filosofia, a psicologia, a sociologia e mais recentemente, até as engenharias. Durante o curso de pedagogia vimos alguns artigos de teóricos como Piaget, Vygotsky, Wallon que destacam diversos elementos no jogo e na brincadeira que influenciam o desenvolvimento humano de maneira ampla e, em especial, o infantil. Infelizmente o lúdico na Educação Infantil não está ocupando o espaço de aprendizagem que deveria, as brincadeiras são realizadas como uma atividade que preenche o tempo das crianças e sem um propósito educacional, para que isso não aconteça os professores devem repensar suas práticas pedagógicas e incluir as brincadeiras em seus planejamentos, tornando o ensino e aprendizagem significativos.

Nesse sentido, quero fortalecer os meus conhecimentos, por entender que docência nessa etapa da infância exige um profissional que reconheça entre outras exigências a importância do brincar para o desenvolvimento e aprendizagem da criança.

Para tanto, essa monografia se estruturou em dois capítulos. O primeiro aborda a educação escolar na perspectiva dos direitos sociais constitucionalmente definidos e a importância no desenvolvimento da criança das múltiplas linguagens, em especial da brincadeira, tendo como referência os princípios do educar, cuidar

No capítulo segundo, apresenta-se as diversas abordagens sobre as múltiplas linguagens como princípio fundamental no desenvolvimento da criança sob os olhares de Vygotsky, Kishimoto, bem como as formas de mediação docente entre a brincadeira que, congrega o ato de educar e cuidar, e a promoção da brincadeira espaço construtor de um desenvolvimento.

CAPÍTULO I

A LINGUAGEM DO BRINCAR, DA BRINCADEIRA TENDO COMO REFERÊNCIA OS PRINCÍPIOS DO EDUCAR, CUIDAR

Compreender a importância das diversas linguagens, em especial do brincar no desenvolvimento integral da criança nos anos iniciais da educação básica é o que se pretende nesse trabalho. Essa linguagem fortalece o desenvolvimento da criança em suas múltiplas dimensões e vem ganhando espaço e importância em todas as abordagens referentes à infância, constituindo-se em tema de investigações científicas em diversas áreas, entre elas a educação, filosofia, a psicologia, a sociologia e mais recentemente, até as engenharias.

As manifestações, a comunicação, ocorrem na escola das mais diversas formas que são intituladas de linguagens, entre elas destacam-se: a linguagem oral, contação de história, linguagem audiovisual, linguagem mediada pelas artes visuais - pintura, colagem, modelagem, linguagem lúdica. Cada uma dessas modalidades com suas especificidades se complementa nas dimensões social, política, pedagógica. Deste conjunto optou-se pela linguagem do brincar, da brincadeira tendo como referência os princípios do educar, cuidar. O ato de brincar promove a autopercepção nas crianças, é muito positivo para a socialização delas com as pessoas que estão ao seu redor, para a aprendizagem, motivando a criatividade, o uso da imaginação, enfim contribui para o desenvolvimento integral, finalidade da educação.

Nesta seção, serão abordados os seguintes pontos: O direito social à educação de qualidade e as múltiplas linguagens na perspectiva do educar, cuidar e brincar cujo objetivo é reconhecer a importância das múltiplas linguagens na melhoria da qualidade da educação no processo de desenvolvimento dos estudantes da educação básica.

1.1 O direito social à educação de qualidade

O direito à educação no Brasil foi reconhecido na Constituição Federal de 1988, até então o Estado não tinha a obrigação formal de garantir a educação de qualidade a todos os brasileiros, o ensino público tinha o objetivo de amparar apenas os estudantes pobres, que não podiam pagar a escola, assim a educação

era tratada como uma forma de assistência. Essa Constituição a dedicou à educação nove artigos do Art. 205 ao 213. Além desses destaques a educação foi considerada no Art. 6º um direito social.

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (BRASIL, 1988).

Nesse sentido, a educação básica passa a ser obrigatória, pública, gratuita e de qualidade, portanto é direito de todos em todas as etapas e modalidades. Considerando a visão sobre a educação que antecede o ano de 1988 é importante situar a trajetória da educação infantil em suas características gerais.

Portanto, sabe-se que o reconhecimento da criança pela sociedade, até por volta do século XVII, na Europa a criança era considerada um adulto em miniatura, a mortalidade infantil era considerada normal para os pais, que por motivos diversos não expressavam sentimento pelo filho que nasceu, porque sabiam que outro filho substituiria aquele que morreu, as condições de saúde eram precárias. A criança ao apresentar uma certa autonomia física já começava a trabalhar junto aos adultos para ajudar no sustento da família, não existia educação escolar, apenas técnicas de aprender como fazer, tendo sua formação entre os adultos sem nenhuma diferenciação.

No século XIX pode-se evidenciar outro olhar sobre a infância. O adulto passou, pouco a pouco a se preocupar com a criança, a valorizá-la como um ser em formação com aspecto diferente dos adultos, mas com necessidade de inseri-las na sociedade, com adequação nos métodos de ensino infantil. Desta forma, pode-se inferir que a infância foi sendo reconhecida em sua especificidade, desenvolvendo pela família a necessidade de compreender a criança. Essa preocupação foi se desenvolvendo ao longo da história, beneficiando e valorizando a criança como também as escolas primárias, como eram antigamente chamadas a Educação Infantil.

No Brasil, por volta do século XX, começam a surgir as creches e internatos ligados a órgãos de assistência social e não aos órgãos educacionais. As primeiras concepções de infância e educação infantil se fundamentavam na criança que precisava de cuidados, enquanto as mães trabalhavam fora para complementar a renda da família. O tratamento dado a criança era como um ser frágil e indefeso. Os

profissionais não tinham formação específica sua função era com os cuidados básicos de higiene das crianças, e ensinamentos de bons comportamentos.

Marca nos anos de 1980 o aumento da procura por creches e pré-escolas o olhar sobre a Educação Infantil começa a mudar, a educação para crianças pequenas se caracteriza por dois modelos atendimentos, um destinado às crianças da classe favorecida, que o objetivo era educar o outro destinado às crianças de classe cujo caráter era disciplinador.

Inicialmente as creches eram filantrópicas, outras eram mantidas pelos próprios pais, graças aos movimentos sociais de mães e educadores, mais tarde se tornaram públicas. Esses movimentos exerceram grande pressão nos anos de 1980 e, em especial aos constituintes ao longo do processo de elaboração da Constituição Federal de 1988, que marca fortemente o espaço da infância, reconhecendo a importância da educação das crianças pequenas como direito de todos e parte constitutiva da educação básica, conforme estabelece Art. 205

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Nesse movimento a educação infantil se institucionaliza, quanto ao atendimento em creche e pré-escola a criança de zero a seis anos um dever do Estado. Em 2006 pela Emenda Constitucional (EC) nº 53, altera-se a idade para o atendimento na educação infantil, em creche e pré-escola de para crianças de zero a cinco anos de idade. A referida alteração decorre da entrada da criança no ensino fundamental com seis anos e não mais com sete anos.

Destaca-se, que outras EC alteram a Constituição à medida que se torna necessário, o Art. 208 estabelece pela EC N. 59/2009 que é dever do Estado garantir a educação:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009).

II - progressiva universalização do ensino médio gratuito; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola. (BRASIL, 2009).

O preceito constitucional de 1988 provoca na década 1990 o debate sobre as infâncias, no que se refere a garantia da educação para todas as crianças. Daí e após manifestações calorosas da sociedade civil é promulgada a Lei 8069 de 1990 que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assegurando à criança, ao adolescente de até 18 anos todos os direitos fundamentais de acordo com o seu Art. 53

A criança e ao adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se lhes:

I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - Direito de ser respeitado por seus educadores;

III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

IV - Direito de organização e participação em entidades estudantis;

V - Acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais (BRASIL, 1990).

Hoje, três décadas de aprovação desse Estatuto, pode-se reconhecer os avanços que ele trouxe para todos os meninos e meninas, que, com essa legislação, oficialmente se tornaram sujeitos de direitos. Como se sabe antes do ECA, as crianças e adolescentes não eram vistos como sujeitos, nem culturalmente na condição de pessoas em desenvolvimento, nem pelo próprio ordenamento jurídico. Ressalta-se, que a primeira mudança importante proporcionada pelo ECA foi

reconhecer as crianças e adolescentes sujeitos de direitos, que devem ser acompanhados pelos pais em sua trajetória escolar e ser respeitado pela sociedade, isso em pleno século XX.

Nesse processo, há uma mudança de rota da educação, agora centrada nos direitos sociais dos sujeitos: crianças, adolescentes, jovens. Nesta rota, é aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de n. 9.394 de 1996, que retoma os princípios constitucionais e organiza as etapas da educação básica e a educação superior. Ao regulamentar o novo ordenamento legal, introduziu uma série de inovações em relação à Educação Básica, entre elas, a integração das creches nos sistemas de ensino com o conjunto, junto com as pré-escolas, a primeira etapa da Educação Básica. Essa lei evidencia o estímulo à autonomia das unidades educacionais na organização flexível de seu currículo e a pluralidade de métodos pedagógicos, desde que assegurem aprendizagem, e reafirmou os artigos da Constituição Federal acerca do atendimento gratuito em creches e pré-escolas. Esta legislação, representa grande avanço na garantia do direito da criança de se matricular na Educação Infantil, já inserida no sistema de ensino constitutiva da primeira etapa da Educação Básica conforme se apresenta o Art. 29

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 2013).

Nessa perspectiva, com o olhar na infância ou nas infâncias torna-se fundamental reconhecer que a ação pedagógica desenvolvida na educação infantil que tem seus primeiros anúncios desde a década de 1960, mas é reconhecida como segmento educacional a partir da promulgação das Leis de Diretrizes e Bases (LDB nº 9.394/96). Nessa caminhada a Educação Infantil torna-se obrigatória e para atender as necessidades das crianças de 0 a 5 anos, faz-se uma reflexão sobre a identidade desses sujeitos e várias mudanças foram necessárias. De uma visão quase de preparação para o ensino fundamental, ou seja, uma visão de escolarização precoce a educação infantil vai se assumindo como etapa para a vivência do projeto de infância, neste caso a linguagem do brincar, da brincadeira, do cuidar, do educar assume um importante papel.

Dessa forma, o brincar surge no ambiente escolar compondo o currículo da educação. Com uma certa resistência inicial não só pela inexperiência da escola, mas também das famílias que viam na brincadeira uma perda de tempo. Entretanto, com o passar dos anos a visão sobre o brincar foi se transformando, passando a ser visto em uma concepção em que a criança se desenvolve por atividades lúdicas e de práticas, não mais por lições escolares.

1.2 As Múltiplas linguagens na perspectiva do educar, cuidar e brincar

A alteração relativa à legislação educacional, nesse caso da LDB em 1996, vem acompanhada das orientações pedagógicas, que são emitidas pelos Conselhos de Educação, pelas orientações relativas à gestão do Ministério da Educação. Entre os documentos pós LDB que regulamentam a educação infantil, no Brasil, destaca-se inicialmente, a Resolução CEB/CNE nº 1, de 7 de abril de 1999, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e que estabelece em seu Artigo 3º o seguinte

- I – As Propostas Pedagógicas das Instituições de Educação Infantil, devem respeitar os seguintes Fundamentos Norteadores:
- a) Princípios Éticos da Autonomia, da Responsabilidade, da Solidariedade e do Respeito ao Bem Comum;
 - b) Princípios Políticos dos Direitos e Deveres de Cidadania, do Exercício da Criticidade e do Respeito à Ordem Democrática;
 - c) Princípios Estéticos da Sensibilidade, da Criatividade, da Ludicidade e da Diversidade de Manifestações Artísticas e Culturais (BRASIL, 1999).

Além dos princípios Éticos, Políticos, Estéticos as referidas Diretrizes destacam os critérios fundamentais do cuidar, do educar trabalhados na educação infantil de forma indissociáveis. O contexto em que cuidados e educação se realizam deve se desenvolver de modo prazeroso, lúdico, em que as brincadeiras, os jogos, as danças, os cantos.

Desta forma ser, sentir, brincar, expressar-se, relacionar-se, mover-se, organizar-se, cuidar-se, agir e responsabilizar-se são partes do todo de cada indivíduo, menino ou menina, que desde bebês vão, gradual e articuladamente, aperfeiçoando estes processos nos contatos consigo próprios, com as pessoas, coisas e o ambiente em geral (BRASIL, 1998, p. 11).

Desse modo, as múltiplas linguagens na Educação Infantil na perspectiva do cuidar e do educar, contribuem para o desenvolvimento da criança com seu ato de construir-se, criar, desenhar e brincar, usando diferentes técnicas, ampliando a sensibilidade da criança quanto à música, à dança, à linguagem teatral, cujas possibilidades de vivências são infinitas para as crianças.

Na Educação Infantil o cuidar deve estar presente no cotidiano das instituições, pois a criança se desenvolve a partir do cuidado com a saúde, com o corpo, com uma alimentação saudável. O educar deve proporcionar uma aprendizagem para a criança que contribua para seu desenvolvimento integral na primeira infância.

Segundo o Referencial Curricular Nacional de Educação Infantil, documento produzido pelo Ministério da Educação em 1988, após a aprovação pela Câmara de Educação Básica CEB/CNE das Diretrizes:

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possa contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da Realidade social e cultural (BRASIL, 1998, p. 23, v. 1).

Esse referencial continua sendo reafirmado pelas novas Diretrizes entre elas citamos

- a) PARECER CNE/CEB Nº 20/2009 Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.
- b) PARECER CNE/CEB N. 7/2010 Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, devem presidir as demais diretrizes curriculares específicas para as etapas e modalidades, contemplando o conceito de Educação Básica, princípios de organicidade, sequencialidade e articulação, relação entre as etapas e modalidades: articulação, integração e transição.

Revelam essas Diretrizes que as instituições de Educação Infantil devem

[...] organizar um cotidiano de situações agradáveis, estimulantes, que desafiem o que cada criança e seu grupo de crianças já sabem sem ameaçar sua autoestima nem promover competitividade, ampliando as possibilidades infantis de cuidar e ser cuidada, de se expressar, comunicar e criar, de organizar pensamentos e ideias, de conviver, brincar e trabalhar em grupo, de ter iniciativa e buscar soluções para os problemas e conflitos que se apresentam às mais

diferentes idades, e lhes possibilitem apropriar-se de diferentes linguagens e saberes que circulam em nossa sociedade, selecionados pelo valor formativo que possuem em relação aos objetivos definidos em seu Projeto Político Pedagógico. (BRASIL, 2009, p. 9).

e ainda, que as crianças ao ter direito à educação de qualidade social

As crianças precisam brincar em pátios, quintais, praças, bosques, jardins, praias, e viver experiências de semear, plantar e colher os frutos da terra, permitindo a construção de uma relação de identidade, reverência e respeito para com a natureza. Elas necessitam também ter acesso a espaços culturais diversificados: inserção em práticas culturais da comunidade, participação em apresentações musicais, teatrais, fotográficas e plásticas, visitas a bibliotecas, brinquedotecas, museus, monumentos, equipamentos públicos, parques, jardins. (BRASIL, 2009, p. 15).

Dessa forma, é fundamental que a instituição de Educação Infantil forneça condições para esse desenvolvimento, sendo necessário que as atividades sejam planejadas adequadamente e que sejam significativas possibilitando a criança o prazer de executá-las.

As Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, destacam que as dimensões do cuidar e do educar tem por objetivo também recuperar para a função social da Educação Básica a sua centralidade, que é o estudante, ações destinadas a crianças a partir de zero ano, que devem ser estendidas ao Ensino Fundamental, Médio e posteriores.

Cuidar e educar significa compreender que o direito à educação parte do princípio da formação da pessoa em sua essência humana. Trata-se de considerar o cuidado no sentido profundo do que seja acolhimento de todos – crianças, adolescentes, jovens e adultos – com respeito e, com atenção adequada, de estudantes com deficiência, jovens e adultos defasados na relação idade-escolaridade, indígenas, afrodescendentes, quilombolas e povos do campo. Educar exige cuidado; cuidar é educar, envolvendo acolher, ouvir, encorajar, apoiar, no sentido de desenvolver o aprendizado de pensar e agir, cuidar de si, do outro, da escola, da natureza, da água, do Planeta. (BRASIL, 2010, p. 12).

Educar é, enfim, enfrentar o desafio de lidar com gente, isto é, com criaturas tão imprevisíveis e diferentes quanto semelhantes, ao longo de uma existência inscrita na teia das relações humanas, neste mundo complexo. Educar com cuidado significa aprender a amar sem dependência, desenvolver a sensibilidade humana na relação de cada um consigo, com o outro e com tudo o que existe, com zelo, ante uma situação que requer cautela em busca da formação humana plena. (BRASIL, 2010, p. 12).

Entende-se, portanto que o Cuidar não se resume a cuidados de forma simples, é comprometimento, tempo e proximidade do professor, a criança deve ser ouvida e respeitada, um ser que precisa desenvolver-se com plenitude e autonomia, ou seja, o cuidar requer da construção do vínculo entre quem cuida e quem é cuidado, e envolve habilidades de observar as especificidades, ideias a individualidade da criança.

Já o Educar deve ultrapassar a educação formal, sendo necessário que a atuação dos professores respeite as limitações de cada criança, estimulando suas capacidades infantis como também o desenvolvimento do seu potencial. Educar deve visto em seu sentido amplo, com experiências, situações significativas de aprendizagens, para que a construção do conhecimento se realize.

O desafio do brincar em um contexto social, deve ser entendido como espaço privilegiado onde se cria e recria, a cada nova brincadeira, o mundo que cerca a criança, considera-se a brincadeira parte da vida social da criança, pelo qual perpassa de geração para geração de forma expressiva.

Para Kishimoto (2002), o brincar é o momento em que a criança se expressa, relaciona e interage consigo mesma e com o mundo, construindo possibilidades de novas aprendizagens e experiências. Em grande parte da sociedade contemporânea a infância é marcada pelo brincar fazendo parte das práticas culturais típicas, mesmo que ainda o trabalho infantil esteja muito presente nas classes sociais de baixa renda. Desta maneira, as que brincam aprendem a significar o pensamento dos parceiros por meio da metacognição, típica dos processos simbólicos que promovem o desenvolvimento da cognição

Através de pesquisas sobre o desenvolvimento humano foi observado que o ato de brincar foi conquistando seu espaço no ambiente familiar e educacional, sendo uma forma de expressão, pensamento e interação entre as crianças. Nesse sentido, a brincadeira é considerada uma atividade essencial para o desenvolvimento infantil na maioria dos grupos sociais. “A brincadeira é uma atividade que a criança começa desde seu nascimento no âmbito familiar” (KISHIMOTO, 2002, p. 139).

A criança ao longo do seu desenvolvimento vai estruturando sua brincadeira com diferentes habilidades em um contexto social, permitindo-as a agir e compreender o mundo de uma forma mais ampla e vivenciar experiências de tomadas de decisões. Deste modo, ao brincar a criança pode escolher se participa

ou não da brincadeira, desenvolvendo sua autonomia, criatividade e responsabilidade quanto a suas próprias ações.

Tendo em vista que, a criança sempre está em um desenvolvimento contínuo, o modo de brincar vai se estruturando cada vez mais, ou seja, quando são bem pequenas até os seis anos de idade se expressam, comunicam e se relacionam de diferentes maneiras com o ambiente sociocultural no qual estão inseridas. Assim, ao se desenvolverem com o passar do tempo vão construindo diferentes competências, em um contexto das práticas sociais, permitindo a entender e agir de uma forma mais ampla no mundo.

CAPÍTULO II

ABORDAGENS SOBRE AS MÚLTIPLAS LINGUAGENS COMO PRINCÍPIO FUNDAMENTAL NO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA

Este capítulo tem por objetivo refletir sobre a mediação das múltiplas linguagens no desenvolvimento da criança, bem como identificar o papel dos docentes em relação a brincadeira na Educação Infantil. O cuidar, o educar como princípios têm na linguagem do brincar uma mediação para o desenvolvimento pleno, pois as crianças precisam brincar em pátios, quintais, praças, bosques, jardins, praias, e viver experiências de semear, plantar e colher os frutos da terra, permitindo a construção de uma relação de identidade, reverência e respeito para com a natureza. Assim, o brincar é de fundamental importância para a construção de conhecimentos, para desenvolvimento das potencialidades e capacidades da criança.

2.1 Diversas abordagens sobre as múltiplas linguagens como princípio fundamental no desenvolvimento da criança

As abordagens sobre as múltiplas linguagens na educação infantil, em especial a brincadeira, tem se constituído cada vez em uma área de pesquisa com muito interesse para vários especialistas, de professores, teóricos de diversas áreas de conhecimento. A importância que se atribui ao brincar no conjunto dos fundamentos e princípios da educação infantil.

Nesse sentido e tratando da importância do brincar como atividade pedagógica, destacamos as abordagens de Vygotsky e Kishimoto.

Vygotsky, ao longo de sua obra, apresenta estudos, reflexões sobre a infância, destaca também as contribuições do brincar para estruturar o funcionamento psíquico da criança. O brincar é uma atividade humana criadora, na qual imaginação, fantasia e realidade interagem na produção de novas formas de construir relações sociais com outros sujeitos, crianças e/ou adultos.

Ainda que se possa comparar a relação brincar-desenvolvimento à relação instrução-desenvolvimento, o brincar proporciona um campo muito mais amplo para as mudanças quanto a necessidades e consciência. A ação na esfera imaginativa, em uma situação imaginária, a criação de propósitos voluntários e a formação de

planos de vida reais e impulsos volitivos aparecem ao longo do brincar, fazendo do mesmo o ponto mais elevado do desenvolvimento pré-escolar. A criança avança essencialmente através da atividade lúdica. Somente nesse sentido pode-se considerar o brincar como uma atividade condutora que determina a evolução da criança. (VYGOTSKY, 1991, p. 226-227).

Continuando, nessa abordagem Vygotskiana a brincadeira tem papel fundamental no desenvolvimento da criança, considerando que o aprendizado se efetiva por meio das interações. O lúdico permite que haja uma atuação na zona de desenvolvimento proximal do indivíduo, ou seja, cria-se condições para que determinados conhecimentos sejam consolidados, assim sendo se aprenda brincando. Portanto o brincar é uma atividade que estimula a aprendizagem, cria uma zona de desenvolvimento proximal na criança:

[...] No brincar, a criança sempre se comporta além do comportamento habitual de sua idade, além do seu comportamento diário; no brincar é como se ela fosse maior do que ela é na realidade. Como no foco de uma lente de aumento, o brincar contém todas as tendências do desenvolvimento sob forma condensada, sendo ele mesmo uma grande fonte de desenvolvimento. (VYGOTSKY, 2007, p. 134).

Por trás desse nome complicado, há uma ideia extremamente simples: o que a criança faz hoje em conjunto com outros poderá fazer sozinha amanhã.

A zona de desenvolvimento proximal define aquelas funções que ainda não amadureceram, mas que estão em processo de maturação, funções que amadurecerão, mas que estão presentemente em estado embrionário. Essas funções poderiam ser chamadas 'brotos' ou 'flores' do desenvolvimento, em vez de 'frutos' do desenvolvimento (VYGOTSKY, 2007, p. 98).

Rolim, Guerra, Tassigny (2008) fazem uma leitura de Vygotsky sobre o brincar na aprendizagem e no desenvolvimento infantil enfatizam os seguintes pontos sobre o brincar, a brincadeira:

- ✓ para entender o desenvolvimento da criança, é necessário levar em conta as necessidades dela e os incentivos que são eficazes para colocá-las em ação.
- ✓ aprendizado e desenvolvimento estão inter-relacionados desde o primeiro dia de vida. Assim, é fácil concluir que o aprendizado da criança começa muito antes de ela frequentar a escola.

- ✓ as situações de aprendizado que são interpretadas pelas crianças na escola já têm uma história prévia, isto é, a criança já se deparou com algo relacionado do qual pode tirar experiências.

[...] é no brinquedo que a criança aprende a agir numa esfera cognitiva, ao invés de uma esfera visual externa, dependendo das motivações e tendências internas, e não pelo dos incentivos fornecidos pelos objetos externos (VYGOTSKY, 1991, p. 126).

Ao abordar de Kishimoto (2008), ressalta que o brincar permite a ação intencional (afetividade), a construção de representações mentais (cognição), a manipulação de objetos e o desempenho de ações sensório-motoras, bem como as trocas nas interações sociais, contribuindo para a aprendizagem e para o desenvolvimento infantil. A importância do brincar se relaciona com a cultura da infância e a brincadeira é uma ferramenta para a criança se expressar, aprender e se desenvolver utilizar atividades lúdicas no processo de ensino aprendizagem é muito importante para o desenvolvimento da criança, porque, os jogos e brincadeiras são atividades que despertam muito interesse do aluno.

O jogo como promotor da aprendizagem e do desenvolvimento, passa a ser considerado nas práticas escolares como importante aliado para o ensino, já que colocar o aluno diante de situações lúdicas como jogo pode ser uma boa estratégia para aproximá-lo dos conteúdos culturais a serem veiculados na escola. (KISHIMOTO, 2002, p. 13).

Em 2010 em discussão sobre Currículo¹ essa autora apresenta reflexões muito enriquecedoras para se compreender o papel da brincadeira, bem como alguns equívocos sobre a visão, que muitas vezes se tem desta atividade pedagógica. A seguir sintetizamos algumas dessas assertivas.

- ✓ Superar a oposição que algumas pessoas estabelecem entre o brincar livre e o dirigido é fundamental. Ao realizar a atividade do brincar a criança explora o mundo dos objetos, das pessoas em sua volta, da natureza e da cultura, compreendendo-o por meio de variadas linguagens.
- ✓ Entender que criança precisa aprender a brincar que brincar.

¹ ANAIS DO I SEMINÁRIO NACIONAL: CURRÍCULO EM MOVIMENTO – Perspectivas Atuais Belo Horizonte, novembro de 2010.

É preciso desconstruir essa visão equivocada para pensar na criança inteira, que, em sua subjetividade, aproveita a liberdade que tem para escolher um brinquedo para brincar e a mediação do adulto ou de outra criança, para aprender novas brincadeiras. A criança não nasce sabendo brincar, ela precisa aprender, por meio das interações com outras crianças e com os adultos. Ela descobre, em contato com objetos e brinquedos, certas formas de uso desses materiais (KISHIMOTO, 2010, p. 1).

- ✓ A brincadeira na garantia da circulação e preservação da cultura lúdica, observando outras crianças e as intervenções da professora, ela aprende novas brincadeiras e suas regras. Depois que aprende, pode reproduzir ou recriar novas brincadeiras. As interações da criança com os adultos e com outras crianças se desenvolve observando novas brincadeiras e suas regras, para criar outras brincadeiras.
- ✓ Educar a criança na creche, é integrar não apenas a educação ao cuidado, mas também a educação, o cuidado e a brincadeira. Essa tarefa depende do projeto curricular. Não se pode planejar o currículo sem conhecer a criança é bebê? Criança pequena? Pré-escolar? Como aprende e se desenvolve? Cada uma é diferente da outra, vem de famílias e grupos étnicos diferentes.
- ✓ A criança mesmo sendo bem pequena sabe fazer escolhas, tomar decisões, se expressa de várias maneiras e brinca, uma ação própria comandada pela criança que proporciona prazer, desenvolve as linguagens e habilidades, ensina regras e leva a criança à um mundo de imaginações.

A Educação Infantil tem em sua base a brincadeira livre ou dirigida e valores, ambos possuem papéis importantes no processo do desenvolvimento e da aprendizagem. Na brincadeira livre a ideia é de que a criança tem saberes e que merece credibilidade, ou seja, ao observar a criança seus interesses são descobertos. Já no caso da brincadeira dirigida, não se permite a observação dessa criança, as atividades ofertadas e seus objetivos são previamente definidas, restando à criança obedecer e a executar a ação solicitada, tendo pouco envolvimento da criança.

Cabe às instituições de educação infantil reconhecer a brincadeira como uma atividade essencial para a criança e considerar que a aprendizagem está relacionada às suas próprias características como: participação voluntária e ativa, envolvimento de regras da imaginação, relacionadas às experiências vividas por cada participante, entre outros. Desse modo, o brincar como um instrumento de

aprendizagem nas escolas deve se pautar na criança como sujeito central do seu trabalho pedagógico e construir um currículo que cada vez mais leva em conta as situações de aprendizagem por meio do brincar, fazendo com que os educadores reflitam e considerem o brincar em seu planejamento.

Nessa perspectiva, deve-se levar em consideração também os aspectos relevantes da brincadeira em grupo e individualmente. A brincadeira em grupo gera aspectos emocionais, desenvolve na criança liderança, raciocínio e postura diante de adversidade. E a brincadeira individualmente, proporciona a fantasia a partir de suas concepções desenvolvendo o imaginário e a concentração.

A escola compõe o conjunto de elementos que participam do crescimento da criança inserindo-a no meio social, colocando em prática suas experiências adquiridas ao longo de sua história costurada pelas brincadeiras e suas aprendizagens.

As instituições de Educação Infantil devem ter uma organização em que a criança vivencie situações agradáveis, desenvolvendo as capacidades infantis de cuidar e ser cuidada, de se expressar, se comunicar e criar, de conviver, trabalhar em grupo, de brincar, de resolver problemas, enfrentar conflitos, possibilitando-as de se apropriarem de diferentes linguagens e saberes de nossa sociedade. O trabalho pedagógico na Educação Infantil, deve valorizar ação da criação das crianças e suas distintas construções de respostas, garantido a elas diversas experiências.

Brincar constitui, em uma atividade interna das crianças, baseada no desenvolvimento da imaginação e na interpretação da realidade, sem ser ilusão ou mentira. Autoras as crianças se tornam de seus papéis, escolhendo, elaborando e colocando em prática suas fantasias e conhecimentos, sem a intervenção direta do adulto, podendo pensar e solucionar problemas de forma livre das pressões situacionais da realidade imediata.

O Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil CNEI, (1998), brincar é umas das atividades fundamentais para o desenvolvimento da identidade e da autonomia. É considerado uma experiência humana, rica e complexa, uma atividade interna da criança, baseada no desenvolvimento da imaginação e na interpretação da realidade, sem ser ilusão ou uma mentira.

O brincar deve-se constituir em ação relevante para que as crianças se apropriem dos conhecimentos socialmente constituídos, essa apropriação deve partir daquilo que as crianças já sabem para uma perspectiva de novas

aprendizagens, importante também que sejam criados espaços adequados para elas compartilhem e confrontem suas hipóteses com outras crianças através de interações entre si.

Nesta perspectiva, as diversas linguagens são motivadoras, proporciona às crianças uma vivência alegre, de aprendizagens na vivência do direito de viver o seu projeto de infância. Dessa forma, o Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição escolar deve expressar o compromisso com essa vivência.

2.2 O Papel dos docentes em relação a brincadeira na Educação Infantil

Apresentamos no item anterior as abordagens de Vygotsky e Kishimoto em relação à brincadeira considerada uma a atividade rica, complexa e fundamental à constituição da criança como sujeito com direito a aprender e vivenciar a sua infância, bem como a responsabilidade da Instituição escolar de materializar no interior do PPP na Proposta Curricular esse compromisso. Assim, a educação escolar deve-se encharcar desses conceitos, dessas reflexões, apresentados anteriormente, promovendo a formação de seu quadro de docentes, especialistas, administradores, para esse enfoque do projeto de infância, do valor do brincar, desconstruindo aquela ideia de que o brinquedo não é aprendizagem e nem atua no desenvolvimento. Reconhecer o papel fundamental da brincadeira a ação do professor transformará em mediadora das relações entre as crianças diversos universos sociais em elas se inserem.

A ação do professor de educação infantil, como mediador das relações entre as crianças e os diversos universos sociais nos quais elas interagem, possibilita a criação de condições para que elas possam, gradativamente, desenvolver capacidades ligadas à tomada de decisões, à construção de regras, à cooperação, à solidariedade, ao diálogo, ao respeito a si mesmas e ao outro, assim como desenvolver sentimentos de justiça e ações de cuidado para consigo e para com os outros (BRASIL, 1998, p. 43).

Pela data desta citação (1998) já se pode comprovar que o assunto não é uma novidade teórica, pois, o Referencial Curricular Nacional, do Ministério da Educação designou a brincadeira como seus princípios norteadores da educação Infantil, definindo-a como um direito da criança para desenvolver seu pensamento e capacidade de expressão, situando-a em sua cultura. Há muitos anos as

brincadeiras são cantadas em verso e prosa, na Educação Infantil, entrando não consegue ganhar destaque em muitas instituições, principalmente quando uma criança de 6 anos se matricula no primeiro ano do ensino fundamental.

O brincar é considerado como um principal modo de expressão da infância, sendo uma ferramenta essencial para a criança aprender a viver, de se desenvolver e criar sua cultura. O brincar é uma ação que permite que as crianças imaginem, representem e expressem seus conhecimentos já adquiridos, dando espaço para novas aprendizagens. Assim, quando elas repetem o que já conhecem ativam a memória atualizando seus conhecimentos modificando-os através de novas situações imaginárias.

Em cada criança, adolescente, jovem ou adulto, há uma criatura humana em formação e, nesse sentido, cuidar e educar são, ao mesmo tempo, princípios e atos que orientam e dão sentido aos processos de ensino, de aprendizagem e de construção da pessoa humana em suas múltiplas dimensões. (BRASIL, 2010, p. 12).

Quanto aos docentes torna-se fundamental compreender a dimensão pedagógica do brincar, saibam diferenciar a brincadeira livre da atividade pedagógica que envolve a brincadeira.

O espaço da brincadeira ampliará, certamente os espaços para aprendizagens relevantes que possibilitarão à criança a construir-se como sujeito nas interações com o outro. O brincar facilita a aprendizagem, mas é preciso que o educador seja a favor do lúdico, aumentando sua criatividade, seu entusiasmo, sua alegria de observar as crianças durante a brincadeira, entendendo o brincar dessa criança. Portanto, para que o professor explore o universo infantil é preciso ter um conhecimento teórico, prático, com uma capacidade de observação e vontade.

Cabe também ao gestor entender o espaço da brincadeira, do cuidar, do educar para estimular o profissional docente a compreender a brincadeira como elemento fundamental do trabalho pedagógico, sobretudo alunos com manifestações de dificuldades de aprendizagem e demonstrar que o emprego de atividades lúdicas pode ajudar no desenvolvimento de várias capacidades, além de auxiliar na exploração e entendimento sobre a realidade, a cultura, as regras e os papéis sociais. Acreditamos que esta ação pedagógica desses princípios deve também serem discutidos com os familiares os responsáveis pelas crianças. A escola pública pode assim, fazer uma mediação com os familiares para que também possam

entender a importância da infância, da brincadeira, da aprendizagem, do desenvolvimento humano.

Para Kishimoto (2010), a prática da atividade de brincar com a observação e mediação do professor, além de assegurar a cidadania da criança, torna as ações pedagógicas mais eficazes. Desse modo, a autora sugere formas de interações que devem ser praticadas desde os dois primeiros anos de vida como:

Interação com a professora — O brincar interativo com a professora é essencial para o conhecimento do mundo social e para dar maior riqueza, complexidade e qualidade às brincadeiras. Interação com as crianças — O brincar com outras crianças garante a produção, conservação e recriação do repertório lúdico infantil. Interação com os brinquedos e materiais — É essencial para o conhecimento do mundo dos objetos. A diversidade de formas, texturas, cores, tamanhos, espessuras, cheiros e outras especificidades do objeto são importantes para a criança compreender esse mundo. Interação entre criança e ambiente — A organização do ambiente pode facilitar ou dificultar a realização das brincadeiras e das interações entre as crianças e adultos. Interações (relações) entre a Instituição, a família e a criança — A relação entre a instituição e a família possibilita o conhecimento e a inclusão, no projeto pedagógico, da cultura popular e dos brinquedos e brincadeiras que a criança conhece (KISHIMOTO, 2010, p. 3).

A Educação Infantil como formação humana, tem como ponto de partida a realidade e os conhecimentos da criança, se ampliando por atividades práticas e concretas, proporcionando-as novos conhecimentos. A criança ao brincar desenvolve sua imaginação é capaz de elaborar regras de organização e convivência.

Durante o período da Educação Infantil a inserção da brincadeira é muito importante, assegurando a cidadania da criança e ações pedagógicas de qualidade na Instituição. Brincar dá à criança oportunidade para imitar o conhecido e para construir o novo, conforme ela reconstrói o cenário necessário para que sua fantasia se aproxime ou se distancie da realidade vivida, assumindo personagens e transformando objetos pelo uso que deles faz.

Partindo desses pressupostos, torna-se imprescindível que o professor organize o espaço escolar tanto interno quanto externo, colocando os brinquedos, móveis, outros objetos de sala de aula em lugares de fácil acesso para as crianças. Podendo utilizar algumas intervenções incentivando as crianças a desenvolverem brincadeiras sem que se sintam obrigadas a participar.

As formas de mediação dos professores são decisivas para garantir que as crianças realmente brinquem, interajam com seus colegas, imaginem, criem regras, utilizem brinquedos diferentes, de formas diferentes. No entanto, para que isso aconteça, é preciso reconhecer o valor dos objetos, do ambiente, da organização, do planejamento para que a brincadeira seja vista com qualidade.

Disponibilizar espaços em que as crianças possam se mexer, montar trabalhos, fazer criar, vão proporcioná-la o prazer em criar, em soltar a imaginação. O espaço físico é lugar de desenvolvimento de várias habilidades e sensações, auxiliando, portanto, na aprendizagem. Outras formas de organizar as brincadeiras proporcionará às crianças possibilidades de desenvolverem curiosidade, autonomia, conhecimento de sua comunidade, as plantas regionais, constituindo uma das formas de as crianças levarem para a sala de aula todo o seu universo cultural e ao mesmo tempo abrindo ao docente para o conhecimento da realidade.

O espaço na Instituição de Educação Infantil deve propiciar condições para que as crianças possam usufruí-lo em benefício do seu desenvolvimento e aprendizagem. Para tanto é preciso que o espaço seja versátil e permeável à sua ação, sujeito a modificações propostas pelas crianças e pelos professores em função das ações desenvolvidas (BRASIL, 1998, p. 69).

No decorrer da brincadeira, observando as ações das crianças, o professor terá a oportunidade de diagnosticar problemas, os valores morais, comportamentos em diferentes ambientes, conflitos emocionais e cognitivos e o interesse apresentado pelas crianças. Dessa forma, o professor está representando um papel de facilitador, que orienta e dirige as atividades lúdicas, proporcionando que as crianças tenham responsabilidade em relação as suas próprias brincadeiras.

Se de um lado a criança precisa se movimentar para aprender e de outro a professora quer que ela fique quieta, como principal requisito para a aprendizagem, se instala um conflito de forças, que desfavorece os processos de aquisição de conhecimentos, os quais deveriam ser refletidos profundamente pelos educadores. (IZA, 2008, p. 373).

É recomendado que durante as brincadeiras o professor não influencie as crianças, pois para o professor pode ser um momento importante para conhecer a turma no coletivo e cada um em especial, com momento de analisar o seu desempenho profissional e aprimorar suas funções. Nessa perspectiva, a

intervenção do professor não deve existir em brincadeiras em que há objetivo certo, determinado e direcionado para um fim específico. Existem, brincadeiras em que o mais importante é o desenvolvimento da criança com os objetivos e situações, sem ter finalidade pré-determinada, com isso, se haver alguma desvalorização dessas brincadeiras naturais privará a criança de valores e situações que podem influenciar no seu processo de desenvolvimento.

É preciso que o professor tenha consciência que na brincadeira as crianças recriam e estabilizam aquilo que sabem sobre as mais diversas esferas do conhecimento, em uma atividade espontânea e imaginativa. Nessa perspectiva não se deve confundir situações nas quais se objetiva determinadas aprendizagens relativas a conceitos, procedimentos ou atitudes explícitas com aquelas nas quais os conhecimentos são experimentados de uma maneira espontânea e destituída de objetivos imediatos pelas crianças (BRASIL, 1998, v. 1, p. 29).

As brincadeiras na escola podem contribuir de modo significativo com a prática pedagógica quando vistas como instrumentos de apoio ao trabalho do educador colaborando com ele para solucionar dificuldades de aprendizagem em diferentes contextos e ampliar as oportunidades de desenvolvimento das crianças. A dimensão pedagógica do brincar exige por parte da coordenação pedagógica da escola acompanhar o trabalho, dar significado e sentido que motive a ação dos professores, para que haja intencionalidade das atividades realizadas com as crianças e não se desviar dessa prática na Educação Infantil.

Portanto, é importante que os professores que atuam na Educação Infantil, tenham espaços de discussão e reflexão sobre as práticas pedagógicas, o que poderia ser propiciado por meio de ações de formação continuada, com vistas à melhoria da qualidade do trabalho educativo oferecido às crianças de 0 a 5 anos.

Nessa perspectiva e reafirmando as diversas concepções, funções das brincadeiras, do brincar a educação infantil poderá ser a base para o desenvolvimento cognitivo e social da criança, momento especial em que as fantasias estão afloradas, o lúdico presente em grande parte das atividades contribuindo para a realização da aprendizagem e do desenvolvimento pleno da criança. Se a aprendizagem depende também muito do vínculo estabelecido entre professor e a criança, o diálogo entre eles gera uma relação de segurança e cumplicidade a aprendizagem acontece de forma mais eficiente, prazerosa e duradoura.

Reconhecer o papel dos docentes no espaço da brincadeira possibilita à criança a construir-se como sujeito nas interações com o outro, desenvolver a reflexão, a autonomia, a criatividade. Neste sentido, o trabalho de educar, de cuidar requer do educador dedicação, paciência, muito esforço do profissional, muito estudo para que seu conhecimento se fortaleça.

Assim, as exigências relativas à ação pedagógica do docente requerem da Gestão pública, em todos os níveis, o fortalecimento social do magistério com salários dignos, com valorização dos profissionais, ou seja, que se tenha políticas públicas relevantes, que atendam aos profissionais, mas que também proporcionem as condições de infraestrutura didática, pedagógica, física que necessárias para que a escola garanta o direito à aprendizagem às crianças das escolas públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente investigação teve como objetivo compreender a importância das múltiplas linguagens no processo educativo, em especial no desenvolvimento do educando, a partir dos princípios educar, cuidar, brincar, com ajuda de vários autores, conceitos e alguns documentos para orientação legal e pedagógica. O presente trabalho foi muito importante, aprofundei meus conhecimentos e acredito que alcancei os objetivos propostos.

No primeiro capítulo a investigação tratou-se da educação escolar na perspectiva dos direitos sociais constitucionalmente definidos e a importância no desenvolvimento da criança das múltiplas linguagens, em especial da brincadeira, tendo como referência os princípios do educar, cuidar.

Já no capítulo segundo o aprofundamento das diversas abordagens sobre as múltiplas linguagens, como princípio fundamental no desenvolvimento da criança sob os olhares de Vygotsky, Kishimoto foi centralidade da pesquisa. O reconhecimento dessas abordagens faz com que se destaque a relevância da mediação docente na promoção da brincadeira como espaço construtor da aprendizagem, do desenvolvimento. Ao congrega a brincadeira, o educar e o cuidar a educação participa da construção da pessoa humana em suas múltiplas dimensões.

As múltiplas linguagens na Educação Infantil na perspectiva do cuidar e do educar, contribuem para o desenvolvimento da criança com seu ato de construir-se, criar, desenhar e brincar, usando diferentes técnicas, ampliando a sensibilidade da criança quanto à música, à dança, à linguagem teatral, cujas possibilidades de vivências são infinitas para as crianças.

Considerando que os objetivos específicos foram definidos no sentido de materializar o objetivo geral acredito que a conexão deles foi positiva.

As brincadeiras na escola podem contribuir de modo significativo com a prática pedagógica quando vistas como instrumentos de apoio ao trabalho do educador colaborando com ele para solucionar dificuldades de aprendizagem em diferentes contextos e ampliar as oportunidades de desenvolvimento das crianças.

Infelizmente o investimento público na educação, ocupa um cenário de recursos seletivos, isso tem implicações na educação em todos os âmbitos, inclusive na dificuldade dos educadores realizarem atividades, sócio educativas,

brincadeiras, onde não há espaços nem estruturas adequados, e nem sempre a culpa está no professor por não desenvolver a atividade, mas na ausência de instrumentos, materiais e recursos para desenvolvimento das atividades, como também as condições subjetivas da formação continuada, e do contexto da formação.

Compreender que a prática do brincar integra fatores importantes para o desenvolvimento da criança nas diversas dimensões, emergindo uma educação de qualidade relevante para a cidadania me provoca a continuar esse estudo.

A sugestão é que o tema educar, cuidar, brincar em sua inseparabilidade deve ser constitutiva da proposta pedagógica dos cursos de formação de professores que atuarão nos anos iniciais da educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental. Daí que a mesma importância deve ser dada na educação continuada para aqueles que já atuam nestas etapas da educação.

REFERÊNCIAS

SEMINÁRIO NACIONAL: CURRÍCULO EM MOVIMENTO – Perspectivas Atuais, 1. 2010, Belo Horizonte. **Anais...**, Belo Horizonte, 2010.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266>. Acesso em: 16 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 03 abr. 2021.

BRASIL. Câmara da Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. Brasília. Parecer CEB n. 022/98, de 17 de dezembro de 1998. Analisa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: MEC/CNE, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério de Educação e do Desporto. **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução n. 5, de 17 de dezembro de 2009**. Fixa as diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil. Brasília: MEC/CNE/CEB, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer CNE/CEB n. 20, de 09 de dezembro de 2009**. Brasília: MEC/CNE/CEB, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução n. 7, de 14 de dezembro de 2010**. Fixa diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental de 9 (nove) anos. Brasília: MEC, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução n. 1, de 7 de abril de 1999**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: CNE/CEB, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei n. 12.796, de 04 de abril de 2013**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Brasília: MEC, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/versaofinal_site.pdf.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

IZA, Dijnane Fernanda Vedovatto. **A Brincadeira na educação infantil**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, 2008.

KISHIMOTO, Tisuko Morchida. Brinquedo e brincadeira – usos e significações dentro de contextos culturais. In: SANTOS. Santa Marli Pires dos. **Brinquedoteca: o lúdico em diferentes contextos**. 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

KISHIMOTO, Tisuko Morchida. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. São Paulo: Cortez, 2008.

KISHIMOTO, Tisuko Morchida. Brinquedo e brincadeira na educação infantil. In: I SEMINÁRIO NACIONAL: CURRÍCULO EM MOVIMENTO – PERSPECTIVAS ATUAIS. **Anais...**, Belo horizonte, 2010.

LAWALL, Caroline Raquel; ANDRADE, Elisabete. Educar, cuidar e brincar: múltiplas linguagens. **Setrem**, Três de Maio, RS, ano 8, n. 15, jul./dez., 2009.

QUEIROZ, Norma Lucia Neris; MACIEL, Diva Albuquerque; BRANCO, Ângela Ucgôa. Brincadeira e desenvolvimento infantil: um olhar sociocultural construtivista. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 16, n. 34, p. 169-179, 2006.

ROLIM, A.A.M.; GUERRA, S.S.F.; TASSIGNY, M.M. Uma leitura de Vygotsky sobre o brincar na aprendizagem e no desenvolvimento infantil. **Rev. Humanidades**, Fortaleza, v. 23, n. 2, p. 176-180, jul./dez., 2008.

SILVA, Edjane Freire et al. A Importância de trabalhar as múltiplas linguagens na educação infantil. In: IV CONEDU – CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, **Anais...** Olinda, PE, 2018.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 7 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.